

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO COMO UM FUNCIONAMENTO INCONSCIENTE DE LINGUAGEM

Cirlana Rodrigues de Souza⁷⁵

RESUMO

Este artigo busca questionar a unicidade da língua em favor da heterogeneidade e da diferença como aspectos do objeto de estudo da linguística, a língua. Será feita uma revisão teórica sobre a noção de *sujeito* na gramática normativa e na linguística estrutural e sua relação com a estrutura da língua como sistema de elementos em alteridade; tomando sentenças de fala de um menino de dez anos, realizaremos uma análise onde os conceitos explanados e as descrições realizadas serão operadores na compreensão do funcionamento de língua da fala desse menino. O texto busca sustentar a hipótese de que a indeterminação do sujeito é um fenômeno de linguagem inconsciente e não meramente gramatical ou normativo. Essa estrutura de indeterminação, como regularidade na fala do menino, é a marca estrutural de sua condição subjetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito. Indeterminação. Língua. Subjetividade.

ABSTRACT

This article is trying to question the unity of language in favor of heterogeneity and difference as aspects the object of study of linguistics, language. There will be a literature review on the subject in the notion of normative grammar and structural linguistics and its relation to the structure of language as a system of elements in and alterity; speaks of taking sentences a boy of ten years old, is an analysis which explained the concepts and descriptions will be performed operators in understanding the function of language from speech of this child. The text seeks to propose the hypothesis that the indeterminacy of the subject language is an unconscious phenomenon and not merely grammatical or normative. This structure of indeterminacy, as the boy's regular speech, is structurally marked its subjective condition.

KEYWORDS: Subject. Indeterminacy. Language. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Este artigo questiona o aspecto homogêneo da língua e suas descrições sintáticas, buscando ampliar as possibilidades dessas descrições considerando fatos os de linguagem singulares que impõem um olhar sobre a possibilidade de ir além da lógica sintática pré-estabelecida em nossos estudos linguísticos e gramaticais. Há, em jogo, uma heterogeneidade de funcionamento que está atada aos sujeitos falantes e, quando se considera a condição inconsciente desses sujeitos, esse funcionamento estrutural será efeito dessa condição.

Iniciaremos com uma breve revisão sobre o *sujeito* na gramática normativa e na linguística estrutural no que tange à relação desses termos com a estrutura da língua; na sequência, realizaremos a análise onde os conceitos explanados e descrições realizadas, previamente, serão operadores na tentativa de compreender o funcionamento de linguagem na fala de uma criança em posição subjetiva que aponta para uma possibilidade de psicose. Todas as entradas teóricas serão acompanhadas pela descrição e análise da fala dessa criança especificando as estruturas sintáticas nela presentes, especificamente com ênfase ao termo

⁷⁵ Psicóloga, linguista e professora de Língua Portuguesa. Doutorando em Estudos Linguísticos PPGEL/ILEEL/UFU. cirlanarodrigues@gmail.com

sujeito. A proposta é sustentar que esse funcionamento de linguagem caracterizado pela indeterminação do sujeito gramatical e linguístico seja alçado a um aspecto do funcionamento inconsciente do sujeito em posição psicótica, portanto, atrelado à sua questão subjetiva.

Ao desenvolver sua teoria, Saussure (1916/1995) definiu e descreveu os elementos que integram o sistema da língua: os signos linguísticos. Interessa-nos, neste artigo, a referência feita ao ‘lugar’ que esses elementos assumem na estrutura linguística. Basicamente, o que se tem é que dois elementos não podem ocupar o mesmo lugar na cadeia linguística, naquilo que é nomeado eixo sintagmático e, importante, o lugar que determinado signo ocupa é determinante de seu valor, sempre em uma relação de alteridade com o elemento anterior e posterior (o valor do signo), portanto, em uma relação marcada pela diferença entre esses elementos na cadeia linguística.

A sintaxe geral da língua é fundamentada nesses dois aspectos do sistema linguístico. No entanto, vale ressaltar a diferença entre uma sintaxe geral que trate dos universais do funcionamento da estrutura linguística e a sintaxe normalmente reconhecida como as regras que regem o uso da língua em comunidades linguísticas específicas. A primeira é estudada pelas teorias linguísticas, a segunda pelo que conhecemos como gramática normativa da língua (língua portuguesa, inglesa, etc.).

Nosso objetivo não é a defesa de uma ou outra sintaxe e suas teorias. Todavia, nossa posição é de sempre buscar e reconhecer as diferentes possibilidades de funcionamento linguístico e não restringir a língua a essa ou àquela norma gramatical.

De modo geral, o termo *sintaxe* pode ser assim definido:

Do grego *syntaxis* (ordem, disposição), o termo sintaxe tradicionalmente remete à parte da Gramática dedicada à descrição do modo como as palavras são combinadas para compor sentenças, sendo essa descrição organizada sob a forma de regras. (BERLINCK *et ali*, 2001, p.207)

Essas regras são constituídas a partir de textos escritos: como as palavras estão, ali, organizadas para compor determinado termo sendo suas posições nas sentenças pré-definidas por regras. Por exemplo: a estrutura básica do português é SVO, onde o lugar do sujeito é junto ao verbo, o antecedendo.⁷⁶ Todavia, a gramática tradicional não responde por toda a possibilidade de língua, por seu funcionamento. Acreditamos que por dois motivos: primeiro, restringe sua normatização a apenas uma das ocorrências da língua, que é o texto escrito e, por vezes, texto considerado clássico da literatura; e, segundo, o equívoco é justamente a

⁷⁶ Não nos referimos à Gramática do Português Culto Falado que propõe a sistematização de diferentes ocorrências nas falas.

tentativa de normatizar o funcionamento e uso da língua com regras para diferentes fatos e atos linguísticos. Se, conforme Saussure (1916/1995), o funcionamento da língua não depende da vontade do falante, as tentativas de regras de controle e o limite serão sempre contestados por acontecimentos linguísticos, não reconhecendo regras e sempre questionando as que são impostas.

Assim, passaremos da normatização do uso do termo *sujeito* na Língua Portuguesa para algumas das abordagens desse termo por teorias linguísticas que tomam a Sintaxe Geral como uma disciplina que se propõe a compreender o complexo modo pelo qual os signos linguísticos vão se relacionando e suas possibilidades universais de ocorrência.

Importante ressaltar que nosso foco é o termo *sujeito* inserido em enunciados construídos de unidades menores: sentença e sintagmas e que a classificação sujeito, da gramática normativa, será contraposta a uma função *sujeito*, nos enunciados.

Usaremos enunciados complexos formados de orações recortadas da fala do Menino⁷⁷ de dez anos em sofrimento psíquico agudo onde as formas possivelmente descritíveis, pelo linguista, trazem a seguinte questão: quem é esse sujeito que ali fala? Nossa proposição é a de que o sujeito que enuncia não é o da sintaxe geral, mas o sujeito do inconsciente. Neste momento de nosso texto, não se fazem necessárias as especificações sobre a criança e as condições de enunciação dessas falas. Esses enunciados são:

- (1) “Pode olhar assim?”
- (2) “Pode matar o motorista?”
- (3) “Pode desenhar uma bunda?”
- (4) “Pode olhar sua bunda?”
- (5) “Se for embora, cê vai chorar?”
- (6) “Pode ir no banheiro?”
- (7) “Pode fazer xixi?”
- (8) “Pode xingar aquele homem?”

O *sujeito* na Gramática da Língua Portuguesa⁷⁸

A Língua Portuguesa é uma expressão que se refere ao sistema de atos linguísticos utilizados por membros da comunidade linguística portuguesa. A normatização do uso dessa língua, para seus membros, é feita pela Gramática Normativa da Língua Portuguesa.

⁷⁷ Substantivo, aqui tomado como próprio para nomear a criança produtora das falas que compõem o *corpus*.

⁷⁸ Frente ao número significativo de gramáticas normativas da Língua Portuguesa, escolhemos utilizar apenas as gramáticas de Evanildo Bechara, de Celso Cunha e José Carlos Azeredo.

Essa gramática prescreve o uso das unidades que compõem os enunciados em Língua Portuguesa, sendo essas unidades organizadas em classes, categorias gramaticais e estruturas dos enunciados.

Interessa-nos o que concerne à normatização da estrutura do enunciado, especificamente no que tange ao termo *sujeito*.

Conforme Bechara (2004, p.406), um enunciado⁷⁹ é:

Toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entoação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da maiúscula inicial [...].

O autor supracitado também esclarece que esta unidade linguística é parte de uma “experiência comunicativa” entre membros de uma comunidade devendo ser aceita e compreendida por eles, mas se restringe a formas linguísticas sem referência à situação de uso. Essas unidades são do tipo declarativo, interrogativo, imperativo-exortativo, vocativo e exclamativo e podem ser uma oração cujo núcleo é um verbo e uma frase, que não depende do extralinguístico para compreensão por conter um núcleo verbal.

Assim, uma oração como:

- (1) “**Pode olhar assim?**” é um enunciado interrogativo que supõe um pedido a um determinado interlocutor, em uma situação específica.

Importante mostrar que as oito sentenças do *corpus* – Orações reduzidas no infinitivo – repetem a mesma forma estrutural: (sujeito marcado apenas na desinência verbal – indeterminado) + verbo + infinitivo impessoal + complemento, sempre na forma interrogativa e como um pedido supostamente direcionado a um interlocutor: **Ø + 3ª pessoa do singular + Ø + infinitivo impessoal + complemento**. Essa estrutura será posteriormente retomada, por ser definidora da questão da singularidade do sujeito, juntamente com a questão da indeterminação desse *sujeito*. Retornemos à gramática normativa.

É parte de uma oração a relação predicativa entre sujeito e predicado. Em (1) temos uma oração reduzida no infinitivo. Na primeira oração **Pode**, o verbo flexionado na 3ª pessoa traz a marca do sujeito gramatical, sem explicitá-lo. Segundo Bechara (2004) é a chamada 3ª pessoa, a não-pessoa⁸⁰, o que caracteriza as orações sem determinação do sujeito, sem explicitar ou identificar o sujeito.

⁷⁹ Para Bechara um enunciado corresponde ao período.

⁸⁰ É a leitura de Bechara (2004) das elaborações de Benveniste.

A referência à marca da conjugação verbal [-e] remete à 3ª pessoa do singular indeterminada Ele/Ela.

Então, temos o morfema [-e] (**Pod - e**). Poderíamos reescrever (1) desta forma: **Ele/Ela** pode olhar assim? Não há alteração sintática nenhuma, pois o sujeito ainda permanece não explícito, já que continuamos sem saber quem é **Ele/Ela**, apesar da posição estar ocupada por um elemento. Em termos de significação, naquilo que uma estrutura incide sobre a semântica da língua, essa marca gramatical sugere um locutor interrogando ao seu interlocutor sobre um terceiro na situação comunicativa. Inferimos, de todo modo, que o locutor não pode, por essa estrutura, ser esse sujeito ali marcado no verbo: o **Ele/Ela** é um outro e não quem fala. Isso conforme a gramática normativa, até aqui.

Bechara (2004, p.409) define *sujeito* como uma função sintático-semântica:

Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É, na realidade, uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal.

Bechara também esclarece que essa noção gramatical *sujeito* não se confunde com as noções de agente e paciente. Basicamente, nas gramáticas normativas da Língua Portuguesa, o *sujeito* é definido como aquele – o ser – que pratica ou sofre ação (CUNHA, 2002). O sujeito da gramática pode ser determinado (simples, composto), oculto, indeterminado ou inexistente.

Todavia, essa noção intuitiva e simplista de sujeito é questionada pelas teorias linguísticas e começa a sê-la, também, dentro da própria gramática.

Conforme Azeredo (2008), partindo de uma importante diferenciação entre função sintática e função semântica, onde as primeiras são definidas de acordo com a posição dos sintagmas nos contextos frasais⁸¹, há equívocos, por exemplo, em se confundir sujeito com ‘agente do verbo’ ou com o ‘termo sobre o qual se faz uma declaração’. No entanto, similarmente a Cunha (2002), ele distingue diferentes ocorrências de sujeito, a partir de sua “[...] realização formal.” (AZEREDO, 2008, p.224). A saber: sujeito simples, com um só núcleo nominal (**José saiu.**)⁸² e sujeito composto, com dois ou mais núcleos nominais (**José e Guilherme saíram**). Para Azeredo, as outras classificações gramaticais de sujeito são, na verdade, características do sujeito simples ou do sujeito composto. Estão ‘claros’ como em **José saiu** e em **José e Guilherme saíram** e estão ocultos como em **José e Guilherme saíram e [] não voltaram**. Há outras formas de sujeito que depende de sua ocorrência ou não na

⁸¹ Posteriormente, retomaremos essa diferenciação ao tratar da abordagem descritiva sobre o *sujeito*.

⁸² Os exemplos que se seguem são nossos.

sentença, onde o “[...] lugar sintático pode, porém, estar vazio.” (AZEREDO, 2008, p.224).

São elas, ainda segundo esse autor:

1. **Elipse do sujeito:**

[...] é um fato gramatical relacionado ao princípio geral da economia linguística, segundo o qual cada unidade de informação requer apenas uma unidade de expressão, e a informação previsível sequer necessita de algum material linguístico que a expresse. (AZEREDO, 2008, p.224).

Exemplo dessa ocorrência: *Eu saio agora, mas não [] volto*. A forma verbal *volta* indica, pela desinência [-o], que seu sujeito é “eu”, a pessoa que fala, a pessoa do discurso, o sujeito de *Eu saio*. Sendo, então, desnecessário repeti-lo, pois é uma informação previsível.

2. **Cancelamento do sujeito:** “Um sujeito cancelado é o que já não conta sequer com as pistas desinenciais do verbo, mas pode ser recuperado no contexto [...].” (AZEREDO, 2008, p.225). Exemplo: *Eu saio agora, mas estou impedida de [] voltar*. Não há desinência verbal em *voltar* coerente com o sujeito *Eu*, ocorrendo seu cancelamento em *[] volto*. No entanto, ele é recuperado no contexto da oração.
3. **Sujeito indeterminado:** As duas formas de ocorrências de sujeito abordadas em 1 e 2 são aquelas das orações sem sujeito, o que se diferencia das orações onde o sujeito é indeterminado:

Orações de sujeito indeterminado são empregadas por motivos cognitivos ou discursivos variados, e a língua oferece a seus usuários diferentes meios para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a quem o sujeito da oração se refere. A razão cognitiva óbvia é o desconhecimento da identidade do ser que se fala. As razões discursivas, por sua vez, são variadas: a conveniência ou oportunidade da omissão da identidade do sujeito é uma delas, o registro de linguagem empregado ou o gênero de texto é outra. (AZEREDO, 2008, p.225-226)

São recursos de indeterminação o uso do apassivador *se* e da 3ª pessoa do singular e do plural. Retornemos aos enunciados da criança para exemplificar essa ocorrência: **(2) “Pode matar o motorista?”**. Em **Pode**, temos a 3ª pessoa do singular marcando essa indeterminação do sujeito. A questão que, aqui incide, é se essa indeterminação é um recurso gramatical que caracteriza um desconhecimento do sujeito (razão cognitiva) ou se é conveniente omitir esse sujeito (razão discursiva)?

Mas, por que um falante – já que essa fala é do menino enunciador – se omitiria em seu enunciado ou, até mesmo, é possível que esse falante se desconheça a ponto de estar indeterminado em sua própria fala, não saber de si, não reconhecer que quem fala e quem é falado são um só? Como já mostramos, no início deste item, em todas as ocorrências de fala que compõem o *corpus* a estrutura sintática se repete. Ou seja, a indeterminação é marca dessa estrutura, é regularidade em suas ocorrências.

A partir dessa observação, nosso interesse sobre a questão do sujeito se refere à sua indeterminação estrutural. Iremos buscar subsídio na linguística estrutural e descritiva para compreender esse funcionamento de língua, além do conhecimento intuitivo da gramática normativa.

O sujeito na Linguística

Conforme Hagège (1982), um enunciado – na Linguística – é, considerando a estrutura das línguas, o sistema de relações de elementos linguísticos que compõem determinada língua: “On appelle *énoncé* une production linguistique acceptée par lês locuteurs natifs comme complète et possédant une intonation reconnue como liée à ce fait. [...]” (HAGÈGE, 1982, p.27) ⁸³.

Na situação de encontro com o Menino *falador*⁸⁴ dos enunciados – situação clínica de atendimento psicossocial –, suas falas são tomadas como enunciados complexos (duas orações), pois são ocorrências compreensíveis estruturalmente e cuja entonação faz dessa ocorrência, *a priori*, um diálogo, onde uma pergunta é direcionada a um interlocutor: **(3) “Pode desenhar uma bunda?”**, cuja descrição é $\emptyset + 3^{\text{a}}$ **pessoa do singular** + $\emptyset +$ **infinitivo impessoal** + **complemento** acompanhada da interrogativa.

Vale ressaltar que, para Hagège (1982), a compreensão da organização dos enunciados que ocorrem em uma língua, deve ser feita a partir de três pontos de vista, que ele denomina como: 1. O *ponto de vista morfossintático*, considerando a relação inalienável entre a forma e a função dessa forma/elemento linguístico na sentença; 2. O *ponto de vista semântico-referencial*, onde os enunciados e seus tipos de ocorrências atribuem sentidos aos mesmos, como atributos aos participantes, localização, circunstâncias, etc.. Em **(3)** o sentido é de solicitação de autorização, de permissão; 3. O *ponto de vista enunciativo-hierárquico*, considerando-se o contexto de ocorrência do enunciado e sua forma de produção. Iremos abordar os enunciados do Menino a partir desses três pontos de vista na análise e formalização das descrições que estão sendo feitas.

Ao fazer referência, no ponto de vista 1, sobre a identificação do sujeito⁸⁵, nos enunciados, Hagège (1982, p.36), estabelece uma relação direta com a predicação e que, nas sentenças “La position du sujet tend à être stable.” ⁸⁶ O termo que exercerá a função

⁸³ “Chamamos enunciado uma produção linguística aceita pelos locutores nativos como completa e possuindo uma entonação reconhecida como ligada ao fato.” (Tradução nossa).

⁸⁴ Expressão de Jacques Lacan (2009) em referência aos seres de fala.

⁸⁵ “L’identification du sujet”. (Hagège, 1982, p.36). (Tradução nossa).

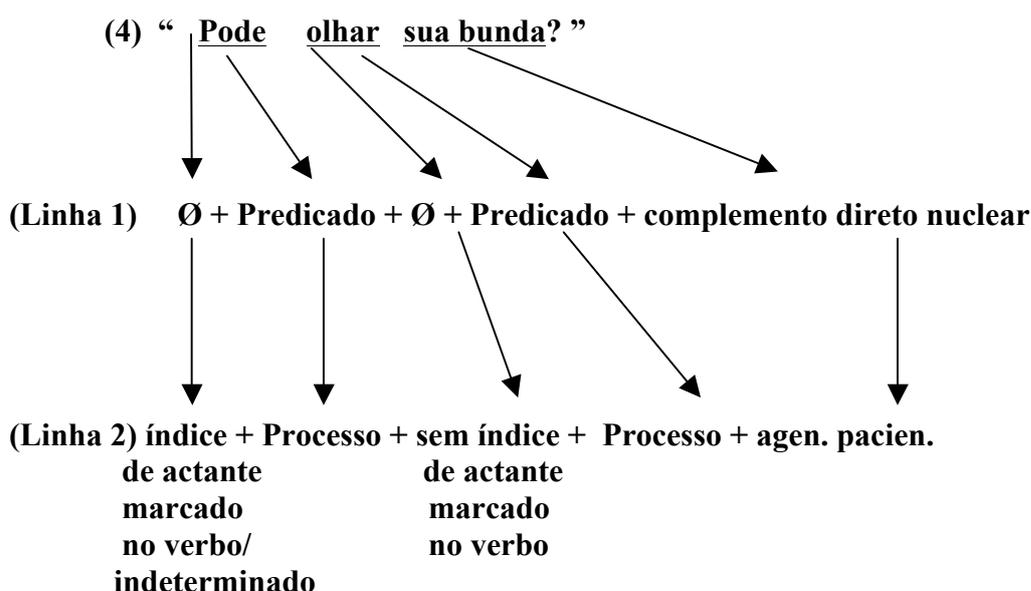
⁸⁶ “A posição do sujeito tende a ser estável.” (Tradução nossa).

morfossintática de sujeito estará em uma posição fixa e próxima ao sujeito, como ocorre na Língua Portuguesa: *José saiu*, onde *José* ocupa a posição imediatamente anterior ao núcleo da predicação – o verbo *sair* –, sendo uma regularidade estrutural repetível na maioria das ocorrências em Língua Portuguesa.

Ao abordar a questão dos participantes do enunciado (actantes/agentes, pacientes, beneficiários e circundantes da relação de predicação) Hagège (1982) aponta para a possibilidade da não ocorrência de elementos na posição de sujeito e, também, supõe a ocorrência de marcas morfológicas, no verbo, como índices desses participantes. Em uma sentença como *José saiu e não voltou*, no verbo *voltou* temos um índice de um agente na 3ª pessoa do singular tendo como referente *José* que ocupa a posição estável, de sujeito, próxima ao verbo.

Mas, e em (3) “**Pode desenhar uma bunda?**”? Primeiro não há elemento ocupando a posição de sujeito e, também, o único índice morfossintático que temos é em *Pode*, onde a desinência verbal [-e] marca a 3ª pessoa do singular. E, que terceira pessoa é essa que fala se é quem fala que está desenhando e pedindo autorização para falar, durante a enunciação? Em *desenhar* temos a marca do infinitivo na desinência [-ar] sem qualquer índice de participantes no enunciado. Mantém-se, então, a indeterminação do sujeito desse enunciado.

Passemos a uma breve análise morfossintática (na linha 1) e semântico-referencial (na linha 2) de outro enunciado do Menino:



Essas análises mostram ser possível a ocorrência desse enunciado como uma forma descritível na Língua Portuguesa. Todavia, apesar da descrição, permanece o ponto de tensão em sua ocorrência em termos semânticos e enunciativos: por que um falante faria uso de dois

recursos morfossintáticos para indeterminar o sujeito em seus enunciados? Em se tratando de estrutura e, lembrando de Saussure no *Curso de Linguística Geral*, sustentamos ser um ato linguístico imotivado e não, como foi exposto no item sobre o *sujeito* na gramática, uma escolha cognitiva ou mesmo consciente do falante, que por algum motivo decide não se identificar na fala. A maneira repetitiva e desencadeada dos enunciados nos remete a um não saber sobre quem fala, a uma não consciência e não controle de seu dizer e de sua posição nessa estrutura de língua. Mas, como alguém que fala não sabe que fala? Isso é diferente de não saber o que fala, o que não é o caso, pois o Menino conhece as palavras e não há confusões e incoerências semânticas e pragmáticas nos enunciados, inclusive mantendo uma ordem dos termos – no eixo sintagmático – adequada às estruturas da Língua Portuguesa e sem ambiguidades. Um extraordinário contraponto à linguística da enunciação de Benveniste (1989), onde o ‘eu’ enunciador, e definidor da subjetividade na língua, sabe o que diz e, inclusive, comanda e instaura interlocutores e enunciados, e para quem o locutor tem capacidade de se propor como *sujeito*. O Menino, proferidor desses enunciados, tem a capacidade de se indeterminar como sujeito em suas falas.

Partindo das descrições linguísticas como o início da compreensão das ocorrências de línguas, de enunciados, o trabalho de Mário Perini (2006, 2008) nos aponta para o fato de que sujeito, na língua, é uma função sintática. Em relação a isso, vale esclarecer que esse autor usa a expressão Sintagma Nominal (SN)⁸⁷ como “[...] uma sequência de uma ou mais palavras que pode ser sujeito, objeto direto ou complemento de uma preposição. [...]” (PERINI, 2006, p.64). Ou seja, mantém-se o fato linguístico de que na estrutura da Língua Portuguesa não existem palavras (substantivos) que são, antes do enunciado, sujeito. É uma função de determinados termos da qual o falante lança mão em seus enunciados.

Sobre o que venha a ser uma **função** em linguística, Perini esclarece:

Uma unidade gramatical [...] pode ocorrer em relações diferentes com as outras unidades da mesma frase. Essas relações podem se basear em diversos fatores: pode ser uma relação de ordem (uma unidade vem antes ou depois de outra); de presença de certos morfemas, como no caso da concordância, em que dois elementos têm morfemas de feminino e plural: [...] ou de significado, como quando uma palavra expressa uma qualidade atribuída a alguma coisa [...]. Em todos esses casos, diz-se que cada uma das palavras envolvidas tem uma **função** diferente. [...]. (PERINI, 2006, p.105- Grifo do autor)

Assim, sendo sujeito uma função, sua existência ou não em uma frase é significativa, pois o falante abre mão ou não de uma relação que pode ser tanto de ordem, posição e lugar:

⁸⁷ Essa expressão também é usada em outras teorias linguísticas que trabalham em torno das funções que um lexema assume em uma sentença. Por exemplo, o funcionalismo.

se não há uma determinação dessa função não haveria aí, uma indeterminação do lugar desse falante no mundo, assumindo uma relação língua e subjetividade?

Qual, então, a especificidade da função sujeito para o autor supracitado?

O sujeito de uma frase não é nem “o ser que pratica a ação”, nem “o elemento do qual se afirma alguma coisa”. É o sintagma que aparece em determinada posição na frase (nem sempre logo antes do verbo, como veremos) e com o qual o verbo concorda. (PERINI, 2006, p.106-107)

Em um enunciado como (5) “**Se for embora, cê vai chorar?**”, temos duas orações onde, na primeira, não temos um SN e na segunda essa função é descrita como um SN, ou seja, $S = \{ SN = \{ \text{conj. subordinada condicional sem função sintática} \} + SN = \{ \emptyset \} + SV = \{ V + S\text{Adverbial} = \{ \text{adv} \} \} + SN = \{ \text{pron} \} + SV (\text{loc.verbal}) = \{ \text{verbo aux.} + \text{verbo principal} \}$. Importante é que na primeira oração o sujeito é indeterminado e é, nessa oração, que o falante, em referência ao contexto, está falando de si; na segunda oração, como sua referência é ao seu possível interlocutor, ele faz uso da função sintática de sujeito por meio de um SN, mantendo a regularidade da indeterminação do sujeito em enunciado.

Essa descrição foi possível, pois o próprio Perini (2008, p.108) apresenta o que define como “Regra de identificação do sujeito”, cuja *condição prévia* é: “O sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo”. Na primeira oração *Se for embora* o verbo tem o sufixo [-or] antecedido por um *Se* condicional e apontando para uma terceira pessoa indefinida, incoerente com o enunciador. Já na segunda oração *cê vai chorar* o verbo tem o sufixo [-ai] cuja pessoa e número concorda com *cê* (você), da 3ª pessoa, daí um SN = {pron} na função de sujeito da segunda oração.

Como a questão que insiste é a da indeterminação do sujeito, aquele onde não cabe a aplicação da regra de identificação referida, passemos às especificidades que concernem aos enunciados em análise.

A indeterminação do sujeito

Conforme Milanez (1982), a gramática normativa tradicional, ao tratar da indeterminação do sujeito, não leva em conta as ocorrências comuns à linguagem oral, primando pelas produções escritas e clássicas. Para ela, considerar a produção de enunciados orais e suas especificidades é fundamental para a abordagem de tal tema. Ainda sobre essa gramática, a autora alerta para a falta de critérios, não fazendo diferenciação entre indeterminação, impessoalização e indefinição, sem diferenciar sintaxe, semântica e

pragmática e, principalmente, desconsiderando a linguagem oral e o contexto de produção e realização dos enunciados.

Dois pontos que consideramos importante nessas ressalvas da autora: primeiro, é necessário, em análises linguísticas, considerarmos os diferentes pontos de vista sobre os enunciados e; segundo, as ocorrências orais, na Língua Portuguesa, não seguem as mesmas regularidades das ocorrências escritas, pois as construções com indeterminações são possíveis na medida em que o contexto de produção e a referência ao falante podem contribuir para a compreensão e análise dessas ocorrências, pois a exterioridade da língua é constitutiva de seu sistema.

Essa autora aponta para o fato de ser, a indeterminação, um fenômeno da língua que expressaria algo de singular do falante:

Estamos, portanto, diante de um processo da língua que permite ao falante passar do universo das três pessoas especificadas e identificáveis (que consideraremos como o nível de determinação) a um nível de generalização, que transcende o anterior por implicar uma referência de tal forma abrangente que pode envolver qualquer pessoa. É o fenômeno da indeterminação. (MILANEZ, 1982, p.26 – Grifos da autora).

Importante, nessa definição, é a inferência à não especificação e identificação do falante nesse processo, e isso se torna mais relevante quando o falante deveria estar determinando ele mesmo, fazendo referência a si mesmo como sujeito e agente da sentença.

Retomando a *função*, de Perini (2008), um sintagma do tipo SN={ Ø } também teria sua função no enunciado, seria um campo semântico indicativo de um sentido ausente ou que se faz por essa própria ausência.

As construções frásicas de indeterminação, segundo Milanez (1982) são: [Ø + 3ª p.s.], [Ø + 3ª p.s. + se] e [Ø + infinitivo] e mantém a questão levantada por Perini sobre o lugar do SN na frase e a questão da referenciação. Como já demonstramos, ao longo deste item, não há ocorrências de indeterminação com pronome apassivador nos enunciados, mas com as duas outras formas. Então, passaremos à caracterização dessas duas outras formas de indeterminação.

1. [Ø + 3ª p.s.]

De acordo com Milanez (1982, p.32). apesar da desinência da 3ª pessoa esta não nos remete a um “ele” exterior ao diálogo “[...] mas, do mesmo modo que as ocorrências do pronome *se* e as do infinitivo, possibilitam uma interpretação de inclusão dos interlocutores da ação verbal.” E, ainda: “Sua peculiaridade reside no fato de não apresentar relações anafóricas com nenhum SN anterior à frase onde ocorre”. (p.64). Essa referência não está no

contexto frasal, devendo, portanto, ser inferida pelo ponto de vista enunciativo-hierárquico como propôs Hagège (1982).

Em (6) “**Pode ir no banheiro?**” há essa primeira forma de indeterminação, na primeira oração: *Pode* = Ø + [-e] de 3ª p.s.. No contexto frasal não existe referência estrutural ao sujeito, pois não há preenchimento do lugar, na frase, para o termo nessa função: próximo ao verbo.

2. [Ø + infinitivo]

Ocorrência, segundo a autora, sem referência anterior na frase e, também, na desinência verbal.

Também, não há, nas formas infinitivas de verbos, índices de qualquer actante e sujeito.

Em (6) “**Pode ir no banheiro?**” há essa segunda forma de indeterminação, na segunda oração: *ir no banheiro* = Ø + **verbo ir no infinitivo + complemento/objeto indireto**. O uso de complemento, na frase, indica que esse falante tem uma estrutura de língua internalizada complexa, capaz de produzir enunciados completos, como nesse caso. Assim, a indeterminação do sujeito não é uma ‘desinformação’ linguística, mas de outra ordem que a da gramática de funcionamento da língua tomada à mercê de seu falante.

Conforme Milanez (1982) são funções da indeterminação, que é um processo caracterizado pela generalização: a *desfocalização* do sujeito, onde ação verbal é mais importante e o *descomprometimento* do sujeito com a situação. Em relação a esse *descomprometimento*, Milanez faz referência ao trabalho em Aquisição de linguagem, de Rosa Figueira (1982), que demonstrou que crianças, por volta dos 4 anos de idade, fazem uso dessa indeterminação por não se sentirem responsáveis por seus atos, evitando as consequências. Fizemos referência a esse funcionamento no item sobre a o funcionamento da linguagem da criança.

Em relação às falas do Menino, interessante elencar os verbos em todas as ocorrências. A saber: *pode, olhar, matar, desenhar, “for”, ir, fazer e xingar*. São verbos de ação, com exceção de *pode*, mas que é um performativo. Ou seja, o uso da indeterminação enfatizou as ações verbais, em detrimento do sujeito da ação. Nesse caso, em específico, não consideramos que o Menino tenha optado, como uma escolha consciente, pela não-pessoa, por uma indeterminação, por não se sentir responsável por seus atos. Sua condição é mais complexa e, podemos inferir, que essa criança se utiliza desse recurso estrutural de língua por não conseguir estabelecer uma relação entre si e seus atos – a uma dissociação, mas, há, também, uma condição de não responder por seu gozo, na linguagem.

O Menino falador

Conforme De Lemos (2002), a fala como objeto de estudo é um *enigma* e não um *corpus* empírico a ser descrito e sistematizado sem estabelecimento de uma *relação dialógica* com a criança:

Cabe ao linguista *escutar* a fala dessa criança, segundo a autora [De Lemos]. *Escuta* que não tem por objetivo apenas a descrição de uma estrutura, mas que incide sobre o modo como a língua da criança funciona para produzir fala, sua singularidade e como ela está engendrada em um sistema, sendo efeito disso. (SOUZA, 2010, p.580).

Que enigma é esse onde a indeterminação do sujeito no enunciado aponta para uma singularidade: é o paradoxo em que indeterminar-se é constituir-se sujeito (do inconsciente).

Passemos, agora, às especificidades constitutivas do Menino e às situações de enunciação para tentar decifrar esse enigma que se apresenta nas estruturas sintáticas que já descrevemos anteriormente, em coerência com o ponto de vista enunciativo elaborado por Hagège (1982).

O Menino é uma criança de doze anos, que apresenta um diagnóstico estrutural de psicose, cuja principal característica é fazer laço social, não conseguindo estabelecer e sustentar relações psicoafetivas e simbólicas em seu universo, daí ser comum as ocorrências de comportamentos e atitudes estereotipadas e inadequadas que, por vezes, trazem transtornos a si mesmo e aos outros e são decorrentes de uma dissociação e desestruturação subjetiva. Ou seja, há um difícil processo de significação e, em sua maioria, ausência total da capacidade (que não tem haver com capacidade cognitiva) de significar a si e ao mundo simbólico que o cerca.

Apresentamos os fenômenos elementares de linguagem na criança em impasse subjetivo, que corrobora com os fenômenos da psicose e que propomos denominar de funcionamentos elementares da linguagem da criança em impasse subjetivo. Acrescentamos, a esses funcionamentos, o fenômeno da indeterminação do sujeito, na sintaxe dos enunciados produzidos.

Sobre o Menino⁸⁸, qualquer tipo de contato é tomado, por ele, primeiramente, como uma ameaça a si próprio, e como fuga, criou um mundo imaginário povoado por homens que nunca sabe quem são e mulheres (namoradas) que procura destruir, em seus delírios paranóides. É característica da paranóia (aqui uma esquizofrenia paranóica, como hipótese) a sensação eminente de ameaça e destruição, permeada por um sentimento de angústia e culpa,

⁸⁸ Vale ressaltar que essa criança apresenta a possibilidade efetiva de uma estruturação psicótica, para além do impasse, frente à sua produção delirante.

por vezes, intensos e paralizantes. Seu tempo e espaço são outros e remetem ao passado na cidade do Rio de Janeiro; objetos inanimados como ônibus, sapatos e relógios, em seu imaginário, possuem vida própria e parece ser, com esses objetos, que ele estabelece suas relações, sem abertura para o outro. Além de homens e mulheres desconhecidos, existem outros seres animados que revelam a destrutividade (defensiva, pois tudo para ele é ameaçador), como policiais e motoristas de ônibus que devem morrer, serem mortos por ele: assim, ele mata, em construções delirantes o que o ameaça. Não há vinculação afetiva ao outro, apesar do endereçamento de suas palavras, mesmo em atendimento clínico.

Aqui, esclarecemos que os enunciados apresentados compõem o material produzido durante um atendimento, onde ele desenhou muito – desenhos coerentes com os delírios já citados, com uma lógica própria, para ele e, talvez, não para o seu interlocutor. As falas nos foram direcionadas e não se constituíam como uma solicitação, apesar da recorrência do **Pode** interrogativo. Esse Menino, dissociado da realidade ao seu redor, não conseguindo fazer associações entre suas próprias palavras e entre essas palavras e o mundo, não conseguia fazer a relação semântica entre realizar – usar a estrutura da língua – um pedido e a possível resposta do interlocutor. Geralmente, ele atua antes da elaboração simbólica. Em (7) “**Pode fazer xixi?**” existe, como já foi descrito, uma oração usada para solicitação de permissão, seguida de um verbo de ação. O que se tem, na enunciação, é que essa solicitação, por vezes, é posterior à ação e, quando muito, é concomitante. Ele, então, não estaria pedindo permissão ou solicitando, como esperaria o ouvinte. As essas perguntas não cabiam respostas óbvias como *Pode sim*, ou *Não, isso, não pode*. Consequência de sua dissociação psíquica e semântica. A questão, em si, não esperava resposta, mas essa regularidade – tanto de interrogativas, como do verbo *poder* – eram sinais de angústia frente à eminência de destruição acompanhada de uma culpabilização. Esse **Pode** é manifestação estrutural de sua condição paranóica. É de sua natureza subjetiva, aquilo que lhe é singular. Ou seja, essa estrutura de indeterminação, como regularidade na fala do Menino, é marca estrutural de sua condição subjetiva e que aponta para o fato desse Menino não se reconhecer em seu dizer, não saber sobre si e esse não saber é da ordem de um funcionamento inconsciente e, então, esse sujeito, gramaticalmente indeterminado, corresponderia à possibilidade de existir do sujeito do inconsciente, cuja condição e posição, no campo da linguagem é de indeterminação, sem determinar-se em relação ao outro e ao mundo.

Em sentenças como (8) “**Pode xingar aquele homem?**”, ele necessariamente xingava qualquer homem ou não xingava ninguém (pois nunca havia um direcionamento a outro). A questão é que *xingar* ou ser *xingado* não é diferenciado pelo Menino. Rosenfeld (1993, p.302)

em trabalho com pessoas em estado confusional, como o Menino, geralmente “[...] tendem a utilizar os verbos somente no infinitivo: esta é uma transformação em algo não pessoal, nem morto, nem vivo. Há também uma falha em discriminar sujeito e objeto, passado, presente e futuro, e modos verbais diferentes (subjuntivo, imperativo, etc.), com seus significados diferentes. Isso indica uma ansiedade confusional profunda subjacente ao estilo da fala.”

Na fala do Menino, ansiedade e angústia são intensas diante desse impessoal. As incansáveis repetições ecológicas (ecolalias psicóticas) e frequentes interrogações são formas de lidar com o não reconhecimento de si mesmo, com um não pessoal. Todavia, impessoal, não significa não sujeito. Nesse ponto, chegamos à indeterminação do sujeito como um funcionamento de linguagem dessa criança.

Retomemos os enunciados do Menino:

- (1) “Pode olhar assim?”
- (2) “Pode matar o motorista?”
- (3) “Pode desenhar uma bunda?”
- (4) “Pode olhar sua bunda?”
- (5) “Se for embora, cê vai chorar?”
- (6) “Pode ir no banheiro?”
- (7) “Pode fazer xixi?”
- (8) “Pode xingar aquele homem?”

As estruturas de cada sentença são as mesmas: \emptyset + 3ª pessoa do singular + \emptyset + infinitivo impessoal + complemento, com exceção do SPronome = { cê } em (5), mas como já mencionamos, é referência a um possível locutor, uma brecha a um outro em seu dizer. Qual a função de \emptyset em uma estrutura de língua que é determinante de subjetividade? Marcar uma não posição, dizer sobre um ser ainda em suspensão quanto ao seu lugar no mundo, que é de ser indeterminado, alienado em suas construções delirantes, em suas tentativas de reconstrução psíquica. A rigidez dessa estrutura, dada sua insistência e não variação, nos sugere um grau intenso de angústia, pois a ecolalia psicótica é dá ordem do não sentido, do sofrimento, daquilo que não se inscreve na língua, mas que retorna sempre, na fala do Menino, retorna e insiste em uma não determinação de si, a uma falha em aberto, nessa estrutura.

Em relação ao *sujeito* do inconsciente, ele se presentifica justamente nos pontos do eixo sintagmático, que Lacan (2008/1964) denominou de tropeços, falha, e rachadura, no vazio e na hiância. Essa posição \emptyset , de ausência de sentido, é justamente onde advém esse *sujeito* Menino, desconhecedor de si, mas que, pela língua, se apresenta a nós, sem mesmo se identificar, sem nomear, sem ser um sintagma nominal. É no campo da linguagem, na relação desencontrada com o outro, que está a possibilidade dessa nomeação, de ali, nessa posição

indeterminada, se inscrever um ser nomeado. Antes de uma significação, é preciso tomar a palavra por si, insistir em determinar pela letra pura quem é esse ser que fala, mas não diz que é ele quem fala, que não se enuncia.

Propor a indeterminação estrutural do sujeito como um funcionamento de linguagem, nos casos de psicose, é considerar que a omissão de si, em seu próprio dizer, corresponde ao que assusta a todos nós, um desconhecimento daquilo que nos constitui, mas que nos determina: é suportar no corpo a falta. Todavia, para as pessoas imersas em universos simbólicos e imaginários, capazes de significar suas relações e associar-se ao mundo, esse não saber aparece em pontos de falhas, de equívocos e tensão, cujo efeito nos faz caminhar pela vida. Mas, para aqueles imersos e à mercê do desconhecido e não sabido, sem uma ordem simbólica que os ordene e os signifique, a simples operação estrutural de determinar quem fala, em um enunciado, assumir essa posição, preenchendo-a com um nome que o identifique para o outro é, de fato, insuportável, pois isso implicaria em ser no mundo, o que eles não conseguem e, entre outras coisas, falam e falam de maneiras singulares, como tentativas de sobrevivência, função de \emptyset , da indeterminação: sobreviver. E, terminamos, então, enfatizando que o sujeito indeterminado é, na verdade subjetiva desse Menino, ele próprio, determinado pelo inconsciente.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

BERLINCK, R.A.; AUGUSTO, M.R.A.; SCHER, A.P. Sintaxe. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A.C.(Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. V.1. São Paulo: Cortez, 2001.p.207-241.

CUNHA, Celso. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DE LEMOS, C.T.G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas (42): 41-69, jan/jun, 2002.

HAGÈGE, Claude. *La structure des langues*. 1ª éd. Paris, Collège de France, 1982.

MILANEZ, W. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação de mestrado. IEL/UNICAMP/SP.1982 –in mimeo. 143 p.

LACAN, J. *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* (1971). Texto estabelecido por Jacques Alain-Miller. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

PERINI, Mário A.. *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Funções sintáticas: sujeito. In: _____. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p.103-133.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. (1916). Organizado por Charles Baley e Albert Sechehaye. 20ªed. São Paulo: Cultrix. 1995.

SOUZA, C. R. de. O funcionamento linguístico-discursivo da fala da criança psicótica. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo (39), Abril-maio, 2010, p.578-590.

